



## **ANÁLISE DOS IMPACTOS DOS PROGRAMAS ‘START-UP BRASIL’ E ‘INOVATIVA BRASIL’**

Modalidade: Artigo

Eixo: Análise de políticas, programas e ações de CT&I

Tema: Avaliação das ações e programas de CT&I voltados ao empreendedorismo em micro e pequenas empresas

### **Resumo**

O objetivo do estudo é analisar qualitativamente a influência de dois programas brasileiros - ‘Start-Up Brasil’ e ‘Inovativa Brasil’ - no desenvolvimento de *startups* brasileiras. Para tanto, realizou-se em 2016 uma pesquisa exploratória e descritiva, para a qual foi adotado o método de coleta de dados primários com especialistas. Como principais resultados destacam-se três aspectos: aporte de recursos; contribuição para formação e fortalecimento do ecossistema empreendedor; e oportunidade para as *startups* terem atuação global. Entretanto, a pesquisa também apontou lacunas, essencialmente a respeito de questões institucionais e outras específicas ao ecossistema de *startups*, sendo necessário atentar para esses fatores quando na avaliação e reformulação das políticas.

**Palavras-chave:** Programas públicos de estímulo à inovação de firmas; *Startups*; Start-Up Brasil; Inovativa Brasil.

### **Abstract**

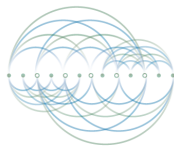
The purpose of the study is to analyze the influence of two Brazilian programs qualitatively - 'Start-Up Brasil' and 'Inovativa Brasil' - to the development of Brazilian startups. To do that, exploratory and descriptive research was carried out in 2016, for which the method of collecting primary data with specialists was adopted. The principal results highlight three aspects: resource allocation; contribution to training and strengthening the entrepreneurial ecosystem; and an opportunity for startups to have global performance. However, the research also pointed to gaps, essentially regarding institutional and other issues specific to the startups' ecosystem, being necessary to consider these factors when evaluating and reformulating the policies.

*Keywords:* Public programs to stimulate firm's innovation; *Startups*; Start-Up Brasil; Inovativa Brasil.

### **Introdução**

A compreensão de que programas públicos são mecanismos fundamentais para estimular, proporcionar e direcionar as atividades de ciência, tecnologia e inovação, realizadas por diferentes atores de um Sistema Nacional de Inovação (SNI), vem se mostrando cada vez mais relevante. Nos últimos anos, o surgimento de políticas públicas para inovação mostrou-se fundamental, por exemplo, para o desenvolvimento de *clusters de startups*.

No Brasil, particularmente, diferentes políticas de estímulo à inovação foram sendo implementadas ao longo dos últimos anos, fazendo uso de diferentes instrumentos, como



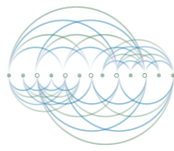
incentivos fiscais e recursos subvencionados, por exemplo. Entre os anos de 2012 e 2013 surgiram dois programas de políticas públicas orientados para as *startups*: o Start-Up Brasil e o Inovativa Brasil.

Neste contexto, entende-se como relevante analisar qualitativamente o impacto desses dois programas - ‘Start-Up Brasil’ e ‘Inovativa Brasil’- para o desenvolvimento de *startups* brasileiras. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva, realizada entre os meses de setembro e outubro de 2016. A coleta de dados primários foi realizada por entrevistas semiestruturadas realizadas com diferentes especialistas em *startups* e políticas voltadas para este tipo de atividade. Para a identificação dos entrevistados foram selecionados alguns especialistas e, na sequência, empregado o método ‘*snowball-sampling*’.

Acredita-se que a relevância do estudo reside na apresentação de evidências empíricas atuais e uma análise a respeito da influência de dois programas públicos brasileiros voltados para o desenvolvimento de *startups* no país.

## **2. Políticas públicas de inovação e *startups* no Brasil**

Baumgarten (2008) identificou as principais tendências de políticas públicas no Brasil no campo da Ciência e Tecnologia durante a segunda metade do século XX e dividiu-as em quatro fases analisando as especificidades de cada uma. A primeira fase abrange o período do pós-guerra entre os anos de 1946 e 1964 nesse período foram criadas diversas instituições públicas de apoio e fomento das políticas de Ciência e Tecnologia. A segunda fase ocorreu entre os anos de 1964 a 1985 e foi fortemente caracterizada pelos planos governamentais de desenvolvimento e pela importação de tecnologias e capital estrangeiro. A terceira fase deu-se entre os anos de 1985 e 1989 e caracterizou-se pela criação do Ministério da Ciência e Tecnologia e pela inclusão de um artigo na Constituição de 1988 definindo como uma função do Estado o incentivo ao desenvolvimento científico, à pesquisa e à capacitação tecnológica. A quarta e última fase abrangeu o período entre os anos de 1990 e 2002, marcado pela implementação de novo modelo de financiamento dos Institutos de Pesquisa com recursos advindos da arrecadação de impostos fiscais de empresas privadas. Essa nova configuração permitiu maior incentivo ao desenvolvimento tecnológico empresarial, concentrando esforços em um novo elemento: a inovação.

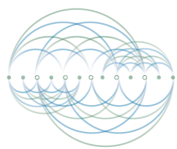


Viotti (2008) também elaborou uma análise da evolução das políticas de Ciência e Tecnologia no Brasil no período pós-guerra. Comparando a sistematização da evolução das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação feitas por Baumgarten (2008) e Viotti (2008), pode-se perceber que durante o período analisado houve grandes esforços por parte do governo brasileiro para promover o desenvolvimento econômico via produção de conhecimento científico e tecnológico e a criação de um aparato institucional voltado à Ciência e Tecnologia. Na análise feita pelos dois autores, no entanto, fica claro que esses esforços foram fortemente voltados para a área de ensino e pesquisa. A inovação passou a ser tratada com maior ênfase de forma tardia (apenas no início do século 21) e as políticas públicas brasileiras estão transitando para um modelo que inclua efetivamente a inovação na agenda do desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Buscando entender a relação entre empreendedorismo, conhecimento, inovação e crescimento econômico, Carlsson et al. (2007), a partir de um estudo realizado nos EUA, identificaram que as empresas emergentes - paralelamente a empresas já existentes - são um importante mecanismo para conversão de conhecimento econômico em crescimento econômico. Acs (2006) faz uma importante diferenciação entre o que ele denomina de empreendedorismo por necessidade e empreendedorismo por oportunidade. O primeiro refere-se ao surgimento de uma necessidade de empreender em meio a um ambiente econômico não favorável a outros tipos de renda e o segundo refere-se ao empreendedorismo que surge do vislumbre de uma oportunidade em meio a um ambiente econômico favorável. A partir de uma análise de dados de onze diferentes países, concluiu que o empreendedorismo por oportunidade tem um efeito positivo no crescimento econômico de países.

Malerba et al. (2016), por sua vez, trazem à luz o conceito de ‘empreendedorismo intensivo em conhecimento’, um conceito amplo que leva em conta quatro características básicas: “empresas novas que são inovadoras, tem um grau significativo de conhecimento intensivo em sua atividade e exploram oportunidades inovadoras em diversos setores e contextos” (MALERBA et al., 2016, p.21). Para esses autores, as empresas de ‘empreendedorismo intensivo em conhecimento são mecanismos chave para estimular a inovação, a renovação da indústria, introduzir novos modelos de negócios e levar ao crescimento econômico e bem-estar da sociedade.

Telles e Mattos (2013) apropriam-se de diversas definições comumente utilizadas para definir uma *startup* e criam a sua própria definição: “*startup* é um empreendimento



resultante de um modelo de negócios inovador, escalável e flexível o suficiente para sofrer alterações durante o processo de desenvolvimento, lançamento e maturação do negócio “ (TELLES; MATTOS, 2013, p. 20).

Um conceito importante para a discussão sobre *startups* é o de ecossistema empreendedor. O surgimento de um ecossistema está relacionado à interação de atores que criam um ambiente favorável ao surgimento de ideias, mantendo um espírito colaborativo entre atores internos e externos ao ecossistema. (TELLES; MATTOS, 2013).

Um importante ator desse ecossistema são as aceleradoras, as quais são empresas privadas, com fins lucrativos, que visam ajudar empresas jovens e *startups* a “definir e construir seus produtos iniciais, identificar segmentos promissores de clientes, e recursos seguros, incluindo capital e equipe” (COHEN, 2013, p.19). Os programas de aceleração, tem duração limitada, geralmente entre três e seis meses, durante os quais essas empresas recebem apoio de mentores, participação em workshops, seminários, proximidade com investidores e potenciais parceiros, além de capital semente e espaços de *coworking* (COHEN, 2013; TELLES; MATTOS, 2013). “Em troca, as aceleradoras assumem participações minoritárias no capital das empresas aceleradas ...” (TELLES; MATTOS, 2013, p. 154). O governo também é um dos atores de um ecossistema de inovação e os incentivos governamentais são fundamentais para o crescimento do empreendedorismo nesse ambiente (TELLES; MATTOS, 2013).

O ecossistema empreendedor brasileiro conta com a Associação Brasileira de Startups (ABStartups), fundada em 2011, com o intuito de formar uma representação das *startups* brasileiras e, hoje, possui uma base de dados formada a partir das *startups* associadas de todo o país. Conforme dados da distribuição de startups associadas à ABStartups, constata-se que os estados com maior concentração desses negócios, em ordem decrescente, são São Paulo (705) com uma representação de 41% das startups brasileiras, Minas Gerais (226) com 13%, Rio de Janeiro (186) com 11% e Paraná (125), com 7%.

Os estados que ocupam os quatro primeiros lugares em relação ao número de *startups* também possuem programas de incentivo a *startups* em âmbito regional. No estado de São Paulo as *startups* contam, desde 2012, com o programa São Paulo Inova (DESENVOLVE SP, 2016). Em Minas Gerais o programa estadual de incentivo à inovação e ao empreendedorismo é o *Startups and Entrepreneurship Ecosystem Development* (SEED, 2016). O Rio de Janeiro, desde 2013, possui o programa Startup-Rio (RIO DE JANEIRO,



2016). No Rio Grande do Sul há uma iniciativa do Sebrae, o Startup-RS (SEBRAE/RS, 2016).

Na esfera nacional, o governo federal desenvolveu dois programas nacionais de aceleração de *startups*: o Start-Up Brasil e o Inovativa Brasil. O Start-Up Brasil foi lançado em novembro de 2012 a partir de uma iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), com gestão da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX). Esta parceria público-privada conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Agência Brasileira de promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

O programa é organizado em edições, cada uma com duração de um ano, nas quais são lançadas três chamadas públicas: uma para qualificar e habilitar aceleradoras e outras duas, semestrais, para selecionar as *startups* que participarão do programa. A primeira fase do programa objetiva selecionar as aceleradoras participantes. Na segunda fase, acontece a seleção das *startups* para receberem apoio. Até 25% dos projetos aprovados poderão ser de *startups* estrangeiras. Essa fase ocorre duas vezes por ano, uma em cada semestre (BRASIL, 2018). Os recursos de apoio aos projetos são oriundos do MCTIC (Tesouro Nacional), alocados ao Programa de Trabalho 2021, Ação 20UT e corresponderam a um valor global de R\$ 9.700.000,00 (nove milhões e setecentos mil reais) para o ano de 2017, sendo que cada projeto poderia solicitar o valor máximo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Na terceira fase do programa, inicia-se o processo de aceleração propriamente dito que tem duração de 12 meses. O Start-Up Brasil também oferece às *startups* classificadas acesso facilitado ao ecossistema de inovação internacional, com o intuito de tornar as startups brasileiras competitivas globalmente.

O programa Inovativa Brasil foi lançado em 2013 pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a partir de 2016 conta com a parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Tem como principal objetivo oferecer capacitação, mentoria, conexão com parceiros e acesso a outros programas públicos e privados de fomento à inovação para negócios inovadores no Brasil. O programa é gratuito, executado pela Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI) e promove a aceleração de negócios inovadores de qualquer setor da economia e qualquer lugar do Brasil (INOVATIVA BRASIL, 2018). O Inovativa Brasil é composto por duas etapas e destinado a negócios pré-operacionais que já tenham um



mínimo produto viável em teste com clientes e empresas estabelecidas com faturamento até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

O Quadro 1 resume as principais diferenças dos dois programas governamentais.

Quadro 1 - Comparativo das Políticas Públicas ‘Start-Up Brasil’ e ‘Inovativa Brasil’

<b>Elementos</b>	<b>Start-up Brasil</b>	<b>Inovativa Brasil</b>
Início do Programa	2012	2013
Coordenação	MCTIC	MDIC em parceria com SEBRAE
Nº de edições	4 turmas	7 turmas
Nº de <i>startups</i> que concluíram o ciclo de aceleração	183 <i>startups</i>	Mais de 640 <i>startups</i>
Ramo de atuação das <i>startups</i>	Tecnologia da Informação*	Diversos
Investimento	Até R\$ 200.000,00 por <i>startup</i>	Não há recursos financeiros investidos diretamente pelo programa
Duração de cada ciclo	12 meses	6 meses
Etapas	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Seleção de aceleradoras;</li><li>2) Seleção de <i>startups</i> nacionais e internacionais;</li><li>3) <i>Matching</i> de aceleradoras e <i>startups</i>;</li><li>4) Programa de aceleração;</li><li>5) <i>Demoday</i></li></ol>	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Avaliação dos projetos das <i>startups</i> inscritas;</li><li>2) Capacitação, mentoria e <i>Bootcamps regionais</i> da etapa Desenvolvimento;</li><li>3) <i>Bootcamp</i> final, <i>Demoday 1</i> e avaliação dos projetos para a etapa Mercado;</li><li>4) Capacitação e mentoria da etapa Mercado;</li><li>5) <i>Bootcamp</i> final e <i>Demoday 2</i>;</li><li>6) Capacitação e mentoria da etapa Mercado</li></ol>

Fonte: Elaborado a partir de Brasil (2017) Brasil (2018) e Inovativa Brasil (2018).

### 3. Procedimentos Metodológicos

Este trabalho caracteriza-se como um estudo exploratório e descritivo que fez uso de pesquisa de campo. Na pesquisa de campo foram entrevistados atores de diferentes esferas: *startups*, aceleradoras e setor público e entidades.

Para identificação dos entrevistados foi utilizado o método denominado de ‘bola de neve’ (*snowballsampling*). Este método de amostragem difere dos métodos mais usuais, pois a amostra não é previamente definida de acordo com o tamanho da população, pois acaba sendo definida ao longo da pesquisa (GOODMAN, 1961).

Os atores selecionados para entrevista foram: três empreendedores de *startups*; dois dirigentes de aceleradoras; um dirigente do órgão público; um ex-gestor de política pública; um dirigente de entidade promotora de empreendedorismo e inovação e articuladora de políticas públicas. O roteiro de entrevista foi organizado em três temáticas consideradas fundamentais para responder o problema de pesquisa: 1) o papel das políticas



públicas no desenvolvimento de *startups*; 2) resultado das políticas públicas no curto e longo prazo; e 3) lacunas existentes nas políticas públicas. Foram realizadas 8 entrevistas, conforme descrito no Quadro 2, entre os meses de setembro e outubro de 2016, de forma presencial e via videoconferência.

Quadro 2 – Resumo da pesquisa de campo

Atores entrevistados	Código	Estado	Data	Duração
Dirigente de aceleradora	Aceleradora 1	RS	01/09/2016	45 minutos
Empreendedor de <i>startup</i>	Startup 1	RS	03/09/2016	45 minutos
Dirigente de aceleradora	Aceleradora 2	RS	06/09/2016	20 minutos
Empreendedor de <i>startup</i>	Startup 1	RS	16/09/2016	35 minutos
Dirigente de órgão público	Dirigente de órgão público	DF	21/09/2016	40 minutos
Ex-gestor de política pública voltada a <i>startups</i>	Ex-gestor de política pública	MG	28/09/2016	60 minutos
Empreendedor de <i>startup</i>	Startup 3	RS	08/10/2016	47 minutos
Dirigente de entidade promotora de empreendedorismo e inovação e articuladora de políticas públicas	Dirigente de entidade	RS	12/10/2016	20 minutos

Fonte: Elaboração própria (2016).

#### 4. Discussão dos resultados

O conteúdo foi organizado em temas relacionados com o objetivo do trabalho e são: os programas públicos no fortalecimento de *startups*; impactos dos programas públicos no curto e longo prazo nas startups analisadas; e lacunas existentes.

##### A. Os dois programas públicos no desenvolvimento de *startups* analisados

Observa-se que a percepção dos atores das diferentes esferas analisadas em relação à influência das políticas públicas no desenvolvimento de *startups* converge para quatro pontos: importância do investimento inicial; fortalecimento do ecossistema de aceleradoras; qualidade dos gestores do programa; formação de rede de contatos.

Importante destacar que de um total de 8 atores entrevistados, somente 2 (do setor público e entidade) não citaram influências das políticas públicas para o desenvolvimento de *startups* no Brasil. Além disso, a maioria dos entrevistados, principalmente empreendedores e aceleradoras, referiram-se ao programa federal Start-Up Brasil.

Quanto à importância do investimento inicial, observa-se que os entrevistados ressaltaram a influência do governo ao realizar um aporte de recursos às *startups*. Esse primeiro investimento minimiza o risco inerente e gera mais confiança por parte do investidor para realizar uma segunda rodada de investimentos. As citações abaixo destacam isso:



*“O governo possibilita diluir o risco do investimento. Investir em inovação ou investir em startups é arriscado. Então o papel do governo nesse sentido de apoio é para minimizar o risco. ....” (ACELERADORA 1).*

*“Se olharmos para essa questão das startups, não falo de empreendedorismo de maneira geral, mas falo de empreendedorismo tecnológico, boa parte dos fundos de investimento, dos investidores e fundos privados no Brasil tem capital público, como por exemplo, o CRIATEC ...” (EX-GESTOR).*

No caso do Start-Up Brasil, que se caracteriza como uma iniciativa público-privada, o governo atrai o investimento das aceleradoras, que, tendo participação societária na empresa, tem interesse no desenvolvimento e êxito do negócio. Do ponto de vista dos empreendedores, o capital inicial aportado pelo governo teve grande importância, pois viabilizou a contratação de pessoas para atuar no desenvolvimento do negócio, conforme explicitado pelos Empreendedores 1 e 2:

*“Hoje, graças a esse pontapé inicial que a gente recebeu, através dessas bolsas a gente conseguiu contratar as pessoas, a gente conseguiu aprimorar o produto, para hoje em dia continuar mantendo esses empregos dessas pessoas.” (EMPREENDEDEDOR 1).*

*“Então para a contratação de pessoas não tinha uma burocratização na prestação de contas, porque eram todos contratados pelo CNPq e o dinheiro nem passava pela empresa..” (EMPREENDEDEDOR 2).*

Muitas startups que já estão em operação não possuem ainda uma renda proveniente do seu negócio, o que dificulta a formação de uma equipe e, conseqüentemente, o crescimento da empresa. Isso reforça a importância do apoio público.

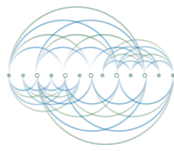
*“O recurso do Start-Up Brasil foi super importante para gente na época, para gente conseguir escalar o time, então a gente saiu de 6 pessoas para 18 [...] então a gente saiu de faturamento zero para faturar (em questão de 3 a 4 meses) R\$ 200.000,00”. (EMPREENDEDEDOR 3).*

Quanto à formação de um ecossistema de aceleradoras, percebeu-se que as políticas públicas governamentais tiveram um papel de criação desses atores no ecossistema brasileiro. Esses programas geraram um espaço, no qual os atores puderam formar uma rede de contatos e se fortalecer enquanto instituições.

*“... eles viabilizaram o ecossistema de aceleradoras no Brasil, porque antes do Start-Up Brasil tinha uma ou duas aceleradoras e com o Start-Up Brasil se criaram várias aceleradoras para fazer parte do programa”. (EMPREENDEDEDOR 2).*

*“[...] especialmente o que me motivou a criar a aceleradora foi inclusive uma política pública”. (ACELERADORA 1).*





*“[...] o próprio Start-Up Brasil teve um papel importante [...] que foi fator de união entre as aceleradoras. Hoje tem uma associação que permite fazer troca de conhecimentos, melhores práticas, etc., o que só surgiu de fato, porque pelo Start-Up Brasil a gente acabou se conhecendo. Então o governo federal tem um poder muito grande de permear em todos os estados uma ideia, uma missão. O próprio Inovativa Brasil é um programa que trabalha mais na base da startup mas ele consegue sacudir startups do Brasil inteiro”. (ACCELERADORA 2).*

Um aspecto negativo citado pelos entrevistados foi que muitas aceleradoras surgiram nesse período de realização do programa Start-Up Brasil, mas posteriormente fecharam.

Um ponto citado pelos empreendedores como de forte influência para o desenvolvimento das *startups* foi a qualidade dos gestores do programa Start-Up Brasil, que possuíam profundo conhecimento sobre esse modelo de negócios e um vasto *coworking* que abriu possibilidades para as *startups* participantes.

*“O Start-Up Brasil é um [...] dos programas de incentivo ao empreendedorismo tecnológico que mais se tem acompanhamento e tem gestores que realmente entendem de startup [...] os gestores entendem muito do mercado, conhecem todas as empresas de tecnologia, estão sempre ligados tentando ajudar”. (EMPREENDEDOR 3).*

Nesse ponto as duas aceleradoras citaram o programa Inovativa Brasil como influente, dando destaque para as mentorias e rede de contatos.

*“O grande ponto positivo do Inovativa Brasil são as mentorias. Eles criaram uma grande rede de mentores e a maioria deles são empresários ou executivos e isso deu uma batida diferente [...]”. (ACCELERADORA 1).*

*“Acho que o Inovativa Brasil é um programa legal para networking, é um programa interessante em termos de modelo de negócios, porque passam vários mentores que conseguem apoiar a startup, mas não é um programa que consiga ajudar muito a empresa a sobreviver ...” (ACCELERADORA 2).*

Observa-se, ainda, que a própria rede de contatos formada entre os diferentes atores a partir da participação nos programas de políticas públicas, foi um fator que contribuiu para a troca de experiências e para seu desenvolvimento.

Além desses quatro pontos, alguns entrevistados citaram outros resultados positivos:



*“Nós temos uma startup que veio do programa Start-Up Brasil e agora está sendo negociada com uma empresa americana, vai entrar no mercado americano para implementar a tecnologia lá. Então sem o programa do governo seria bem difícil chegar lá ...” (ACELERADORA 2).*

*“Para cada real investido nas startups, elas levantaram mais de 4 reais em investimento de investidores privados. Então isso se deve tanto à qualidade das empresas quanto ao sucesso do programa.” (EX-GESTOR).*

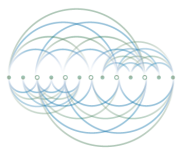
Nesse ponto, três entrevistados citaram dois aspectos negativos das políticas públicas governamentais: a descontinuidade dos programas e o papel assumido pelo governo. Quanto ao segundo aspecto, alguns entrevistados citaram que o papel do governo deveria ser criar políticas no sentido de minimizar as dificuldades que existem para o desenvolvimento do ecossistema, como por exemplo, adequação da legislação e redução de impostos incentivando, assim, a iniciativa privada a aportar os recursos necessários para gerar inovação. O EX-GESTOR de política pública expôs que o Estado ao assumir a execução dessas políticas acaba tornando-o um processo moroso, pois depende de uma série de regras e legislações.

#### *B. Impactos dos dois programas públicos para startups analisadas no curto e longo prazo*

De uma forma geral, todos os entrevistados relataram resultados positivos das políticas públicas governamentais tanto no curto quanto no longo prazo. A partir dos relatos dos entrevistados a respeito do curto prazo, constatou-se que as políticas públicas serviram como fator motivador para os empreendedores e para a formação do ecossistema.

*“[...] o programa (Start-Up Brasil) teve e tem um impacto muito positivo, porque ele era uma esperança para o empreendedor, então o empreendedor começava a apostar na sua startup porque tinha essa chance de ter apoio do governo, ... e passar pelo vale da morte, porque é um momento em que a startup não tem receita ainda e só tem despesas [...] Já o programa Inovativa Brasil tem um impacto muito mais de curto prazo... Ele é como uma forma de motivação de dar alguns nortes para o empreendedor, mas ainda assim ele tem dificuldade, sem recursos financeiros, de se manter de alguma forma.” (ACELERADORA 2).*

Outro fator apontado pelos entrevistados é a importância das mentorias, programas de capacitação e rede de contatos que são oferecidos aos empreendedores a partir das políticas públicas, o que contribui para a formação do ecossistema empreendedor. Além disso, todos os empreendedores entrevistados consideram que o desenvolvimento interno



do ecossistema tende a atrair, também, investimento estrangeiro, tornando as *startups* empresas com atuação global.

*“O grande benefício é existirem empresas brasileiras com atuação global. Então acho que faz todo sentido esse programa governamental a se criar empresas globais. [...] não só empresas que vão atuar no mercado brasileiro, mas cada vez mais empresas que se tornem globais no seu segmento”. (EMPREENDEDOR 2).*

*“Em março ninguém queria investir aqui e agora você vai para fora e o pessoal está falando em investir no Brasil de novo e que é o lugar quente para se colocar dinheiro, comparando com China, Rússia, Índia e Indonésia”. (EMPREENDEDOR 3).*

Quanto ao longo prazo, quatro entrevistados apontaram uma tendência do que vem acontecendo no país que é a aproximação entre *startups* e grandes empresas. Muitas grandes empresas no Brasil estão abrindo espaço para que as *startups* tragam soluções inovadoras para dentro do seu negócio, a fim de gerar a inovação necessária:

*“[...] faz muito mais sentido para uma empresa ao invés de ter um centro de P&D, inovação interna, ela criar uma aceleradora, porque assim, o incentivo que o empreendedor tem para fazer a coisa acontecer é muito maior do que um funcionário de P&D, porque ele está fazendo aquilo como a vida dele ou então como negócio dele e ele vai ter participação.” (EMPREENDEDOR 2).*

*“Eu acredito muito na conexão da startup com a média e grande empresa para gerar inovação e ajudar a startup a se desenvolver mais rápido [...] (ACELERADORA 1).*

O dirigente da entidade esclareceu que grandes empresas nacionais e internacionais têm apoiado financeiramente o desenvolvimento de *startups* para atuarem no mercado global. Caso estas desenvolvam um produto ou uma solução de interesse da empresa, ela poderá incorporar a startup em seu ecossistema ou então comprar a empresa. O dirigente do órgão público chamou este processo de inovação aberta.

*“Existe uma corrente agora nas grandes empresas de trabalhar com inovação aberta que é uma forma de incentivo ao desenvolvimento dessas ideias inovadoras. Antes as empresas tinham departamentos de P&D ... E eles começaram a perceber que isso é um processo lento e que não estava gerando realmente a inovação que a empresa precisa para que ela sobreviva. Então está se migrando para um outro desenho”. (ÓRGÃO PÚBLICO).*



### C. *Lacunas observadas*

Quando questionados quanto às lacunas existentes nas políticas públicas governamentais, os entrevistados, de maneira geral, citaram questões institucionais gerais do governo, mas que acabam afetando o ecossistema como um todo. Uma das questões mais citadas foi a da legislação trabalhista que, segundo os entrevistados, dificulta o processo de contratação de pessoas e, inclusive, cria risco jurídico e de passivo para a empresa.

*“[...] a contratação de pessoas é uma coisa importante para a startup e é uma coisa que é difícil. Então você pensa muitas vezes antes de contratar alguém ...” (EMPREENDEDOR 2).*

Outra questão que foi citada pelos entrevistados foi a complexidade do sistema tributário brasileiro, principalmente, porque as *startups* sofrem incidência de impostos desde o início de sua estruturação, o que, segundo o EMPREENDEDOR 3 não ocorre em *startups* estrangeiras que muitas vezes são concorrentes.

*“O sistema tributário é complicadíssimo, então é difícil saber como você se encaixa. É difícil saber ainda em qual classe a tua empresa se encaixa e quanto ela deve pagar de alíquota e aí tem duas formas de fazer: ou você opta por um entendimento menos conservador e aí você pode estar gerando um passivo lá na frente que pode vir a quebrar uma empresa ou você opta por um entendimento mais conservador que muitas vezes não é o que os seus concorrentes internacionais adotam”. (EMPREENDEDOR 3).*

O ponto mais importante, no entanto, que foi citado nas três esferas (*startups*, aceleradoras e setor público e entidade) pelos entrevistados é a importância de existir uma legislação específica para *startups*, ou seja, uma legislação que proteja as *startups* para que elas possam se desenvolver, um regime tributário diferenciado e uma legislação que proteja, também, os investidores.

*“Falta uma legislação que se aplique às características de uma startup e que entenda o seu processo de alto índice de incertezas”. (EMPREENDEDOR 1).*  
*“Então o foco central das legislações deveria ser nesse sentido criar uma legislação que proteja e dê condições para esse auto crescimento, que dê condições para serem globais desde o seu surgimento.” (ENTIDADE).*

Atualmente, por exemplo, ao realizar um investimento em uma *startup* e entrar com participação societária na empresa, o investidor pode estar adquirindo um passivo trabalhista e poderá responder com seu patrimônio pessoal.



*“Uma delas é uma legislação mais flexível e aí é complexo também esperar que o governo faça isso [...] Hoje o investimento em startups, além do risco natural de investir em startups ainda tem um risco jurídico alto”. (ACCELERADORA 1).*

Ademais, muitos dos entrevistados também citam como uma dificuldade institucional a falta da criação de um marco regulatório para o processo de inovação e para as *startups*.

Uma lacuna indicada pelo EMPREENDEDOR 2 e pela ACCELERADORA 1 é a falta de uma política pública que aporte recursos entre R\$ 1 milhão e R\$ 2 milhões para as *startups*. Esse “abismo”, conforme mencionado pelos entrevistados, ocorre no momento pós-aceleração da *startup*.

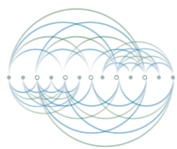
*“A startup está lá, está performando, está se desenvolvendo, mas ela não é suficientemente grande para captar 2 milhões [...]. É muito dinheiro pra um investidor anjo colocar sozinho e é pouco dinheiro para um fundo colocar.” (ACCELERADORA 1).*

*“Acho que tem um gap muito grande [...] tu criou o produto, tu começou a vender ele e tem um abismo depois que tu sai da aceleradora [...] até conseguir um investimento de venture capital e esse abismo é o que é o mais difícil, é a parte mais arriscada ...” (EMPREENDEDOR 2).*

Mais especificamente sobre o Start-Up Brasil, o EMPREENDEDOR 3 colocou que para participar do processo de seleção do programa é exigido que a *startup* tenha um plano de negócios já montado, o que, nas palavras dele, “não é compatível com *startups*”.

## **5. Considerações Finais**

As *startups* têm recebido destaque no cenário econômico mundial à medida que novos casos de sucesso surgem e apontam para o potencial de desenvolvimento desse tipo de negócio. O investimento em *startups*, considerado de alto risco, tem atraído a atenção de governos. Essa preocupação não é algo recente, visto que, historicamente, os governos exercem um papel importante ao investir em inovações. Nesse contexto, o objetivo do estudo foi analisar qualitativamente o impacto de dois programas brasileiros - ‘Start-Up Brasil’ e ‘Inovativa Brasil’ - para o desenvolvimento de *startups* brasileiras. A partir da revisão bibliográfica e da pesquisa realizada, fatores despontam como relevantes.



O aporte de recursos realizado pelo governo nas *startups* é de extrema importância visto que este ocorre em um momento em que a nova empresa em formação ainda não está estruturada. Quando o governo realiza o investimento na fase de maior risco e incerteza da empresa, ele também incentiva os investidores do mercado (investidores-anjo, aceleradoras, etc.) a investirem nas *startups*, pois o risco, assim, fica mais diluído.

O incentivo do governo federal também permite a criação de um ambiente propício para o empreendedorismo, pois fomenta o surgimento de *startups*, de aceleradoras e, conseqüentemente, de novos investidores, mentores, etc. Assim, cria-se ou fortifica-se um ecossistema de inovação do qual o governo participa e onde os atores envolvidos se retroalimentam gerando um ambiente favorável para o florescimento de novos negócios intensivos em conhecimento.

Entretanto ainda existem questões para serem resolvidas, o que mostra que as políticas públicas precisam de aperfeiçoamento. Os entrevistados apontaram a necessidade de melhorias em questões institucionais e problemas de grande ordem do país, como a legislação trabalhista e tributária, e também questões específicas ao ecossistema de *startups*, como por exemplo, a criação de uma legislação que proteja e entenda o funcionamento deste tipo de negócio e a criação de um marco regulatório de inovação.

## 6. Referências

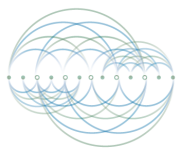
ACS, Zoltan. **How is entrepreneurship good for economic growth?**. Wilmington, USA: Tagore LLC, 2006

AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO PAULISTA (DESENVOLVE SP). **São Paulo inova**. São Paulo, [2016?]. Disponível em: <[http://www.desenvolvesp.com.br/empresas/programas-de-governo/sp\\_inova](http://www.desenvolvesp.com.br/empresas/programas-de-governo/sp_inova)>. Acesso em: 8 nov. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DESTARTUPS (ABSTARTUPS). **Startup base: ranking estados**. [S.l.], 2018. Disponível em: <<http://startupbase.abstartups.com.br/status>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BAUMGARTEN, Máira. **Conhecimento e sustentabilidade: políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Sulina, 2008.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Secretaria de Política de Informática (SEPIN). Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Chamada pública CNPq/MCTI/SEPIN no 12/2014: programa Start-Up Brasil**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <[http://start-upbrasil.org.br/wp-content/uploads/2014/09/Chamada-CNPq\\_MCTI\\_SEPIN-12\\_2014-Programa-Start-Up-Brasil.d-205.d-205.pdf](http://start-upbrasil.org.br/wp-content/uploads/2014/09/Chamada-CNPq_MCTI_SEPIN-12_2014-Programa-Start-Up-Brasil.d-205.d-205.pdf)>. Acesso em: 8 nov. 2016.



BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Secretaria de Política de Informática (SEPIN). Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Chamada pública CNPq/MCTIC/SEPIN no 24/2017**: programa Start-Up Brasil. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.startupbrasil.org.br/inscricoes/>>. Acesso em: 07 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). **Start-up Brasil**: Programa Nacional de Aceleração de Startups. 2018. Disponível em: <<http://startupbrasil.org.br/>> Acesso em: 05 jun. 2018.

CARLSSON, B.; ACS, Z.; AUDRETSCH, D. and BRAUNERHJELM, P. The Knowledge Filter, entrepreneurship and economic growth. In: Friedrich-Schiller-University and Max Planck Institute of Economics. **Jena Economic Research Papers**. Jena, Germany: Maio 2017

COHEN, S. 'What do accelerators do? Insights from Incubators and Angels'. **Innovations: Technology, Governance, Globalization**, [S.l.], v. 8, n. 3/4, p. 19–25, 2013.

GOODMAN, Leo A. Snowball sampling. **The Annals of Mathematical Statistics**. V. 32. n. 1, p. 148-170, 1961.

INOVATIVA BRASIL. **Regulamento do Ciclo 2017.2 do programa InovAtiva Brasil**. Brasília, DF, 6 set. 2018. Disponível em: <<http://www.inovativabrasil.com.br/regulamento/>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

MALERBA, F.; CALOGHIROU, Y.; MCKELVEY, M. and RADOSEVIC, S. **Dynamics of Knowledge-Intensive Entrepreneurship**: Business strategy and public policy. Routledge Studies in innovation and technology. Oxford: 2016

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. **Startup Rio**. Disponível em: <<http://www.startuprio.org/>>. [2016?]. Acesso em: 29 mar. 2016.

SEBRAE/MG – SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS. **Startup Sebrae Minas**. Belo Horizonte, [2016?]. Disponível em: <<http://stratupsebraeminas.com.br/sobre/>> Acesso em 29 mar. 2016.

SEBRAE/RS – SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO SUL. **Startup RS**. [2016?]. Disponível em: <<http://sites.sebrae-rs.com.br/startups/>>. Acesso: 29 mar. 2016.

SEED - STARTUPS AND ENTREPRENEURSHIP ECOSYSTEM DEVELOPMENT. DISPONÍVEL em: <<http://www.seed.mg.gov.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

SOFTEX -TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.softex.br/inovacao-e-empreendedorismo/start-up-brasil/>> Acesso em: 29 mar. 2016.

TELLES, André; MATTOS, Carlos. **O empreendedor viável**: uma mentoria para empresas na era da cultura startup. Rio de Janeiro: LeYa, 2013.

VIOTTI, E. Brasil: de política de C&T para política de inovação? Evolução e desafios das políticas brasileiras de ciência, tecnologia e inovação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação. Diálogo entre experiências internacionais e brasileiras. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2008.